

Artigo 6.º

Convenção

1. A convenção referida no artigo anterior obriga apenas os agentes económicos filiados nas associações empresariais ou empresas individualmente consideradas, signatárias da mesma e entrará em vigor 5 (cinco) dias após a sua ratificação pelo membro do Governo responsável pela área do comércio.

2. Qualquer agente económico não signatário da convenção pode solicitar a respectiva adesão através de carta registada, com aviso de recepção, ao departamento governamental responsável pelo sector do comércio, ficando, em caso de deferimento do seu pedido, sujeito a todas as condições estabelecidas na convenção.

3. Os agentes económicos referidos no n.º 2 deste artigo poderão começar a praticar os preços convencionados 10 (dez) dias após a data da notificação da autorização da adesão solicitada.

Artigo 7.º

Integração nos regimes de preços

A sujeição dos bens e serviços aos regimes de preços a que se referem as alíneas a), b), c) e d), do artigo 1.º depende de portaria conjunta dos membros do Governo responsáveis pela área do comércio e pelo sector a que os bens ou serviços em causa digam respeito, ouvidas as associações empresariais representativas do sector.

Artigo 8.º

Estabelecimento de outros regimes

O estabelecimento de novos regimes de preços de bens ou serviços é fixado por Portaria do membro do Governo responsável pela área do comércio.

Artigo 9.º

Revogação

É revogado o Decreto Lei nº1/99 de 1 de Fevereiro.

Artigo 10º

Entrada em vigor

O presente diploma entra em vigor 30 dias após a sua publicação no *Boletim Oficial*.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros.

José Maria Pereira Neves, Avelino Bonifácio Fernandes Lopes

Promulgado em 12 de Novembro de 2003

Publique-se.

O Presidente da República, **PEDRO VERONA RODRIGUES PIRES**

Referendado em 12 de Novembro de 2003

O Primeiro Ministro, *José Maria Pereira Neves*

Decreto-Lei n.º 53/2003

de 24 de Novembro

O crescente dismantelamento das barreiras administrativas e instalação de uma economia, cujo funcionamento é cada vez mais regulada por instrumentos de mercado, aliada a crescente liberalização das economias nacional e internacional, por um lado e a necessidade de se salvaguardar os interesses dos consumidores, por outro, exige a concepção e a adopção de medidas legislativas que promovam a concorrência no mercado, possibilitando desta forma o seu funcionamento em bases sãs.

A salvaguarda da sã concorrência entre os operadores no mercado, a repressão de práticas restritivas da concorrência e a promoção da concorrência leal, são os principais objectivos preconizados pelo presente diploma.

Por outro lado, para ser eficiente, a política da concorrência requer instrumentos de acompanhamento e controle, visando definir e assegurar o cumprimento efectivo das regras da concorrência, bem como a necessária transparência na repressão de praticas restritivas da mesma.

O decreto lei nº 2/99, de 1 de Fevereiro, que estabelece as regras da concorrência, apesar de recente, carece de um reajustamento e melhoramento em alguns aspectos, com vista a fazer face ao crescente pulsar da concorrência no mercado nacional, particularmente nos últimos anos.

Nestes termos,

Ouvidas as Câmaras de Comércio e as associações comerciais e

No uso da faculdade conferida pela alínea a) do n.º 2 do artigo 203º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

CAPÍTULO I

Regras de concorrência

SECÇÃO I

Disposições gerais

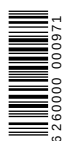
Artigo 1.º

Âmbito

1. O presente diploma é aplicável a todas as actividades económicas exercidas, com carácter permanente ou ocasional, nos sectores privado, público e cooperativo.

2. Sob reserva das obrigações do Estado de Cabo Verde, o presente diploma é aplicável às práticas restritivas da concorrência que ocorram em território nacional ou que neste tenham ou possam ter efeitos.

3. Exceptuam-se do âmbito de aplicação deste diploma as restrições da concorrência decorrentes de lei especial.



6 260000 000971

SECÇÃO II

Práticas proibidas

Artigo 2.º

Acordos, práticas concertadas e decisões de associações

1. São proibidos os acordos e práticas concertadas entre empresas e as decisões de associações de empresas, qualquer que seja a forma que revistam, que tenham por objecto ou como efeito impedir, falsear ou restringir a concorrência no todo ou em parte do mercado nacional, nomeadamente os que se traduzam em:

- a) Fixar, de forma directa ou indirecta, os preços de compra ou de venda ou interferir na sua de terminação pelo livre jogo do mercado, induzindo, artificialmente, quer a sua alta quer a sua baixa;
- b) Fixar, de forma directa ou indirecta, outras condições de transacção efectuadas no mesmo ou em diferentes estádios do processo económico;
- c) Limitar ou controlar a produção, a distribuição, o desenvolvimento técnico e os investimentos;
- d) Repartir os mercados ou as fontes de abastecimento;
- e) Aplicar, de forma sistemática ou ocasional, condições discriminatórias de preço ou outras relativamente a prestações equivalentes;
- f) Recusar, directa ou indirectamente, a compra ou venda de bens e a prestação de serviços;
- g) Subordinar a celebração de contratos à aceitação de obrigações suplementares que, pela sua natureza ou segundo os usos comerciais, não tenham ligação com o objecto desses contratos.

2. Excepto nos casos em que se considerem justificados, nos termos do artigo 5.º, os acordos ou decisões proibidos pelo presente artigo serão nulos.

Artigo 3.º

Abuso de posição dominante

1. É proibida a exploração abusiva, por uma ou mais empresas, de uma posição dominante no mercado nacional ou numa parte substancial deste, tendo por objecto ou como efeito impedir, falsear ou restringir a concorrência.

2. Entende-se que dispõem de posição dominante relativamente ao mercado de determinado bem ou serviço:

- a) A empresa que actua num mercado no qual não sofre concorrência significativa ou assume preponderância relativamente aos seus concorrentes;
- b) Duas ou mais empresas que actuam concertadamente num mercado, no qual não sofrem concorrência significativa ou assumem preponderância relativamente a terceiros.

3. Sem prejuízo da ponderação, em cada caso concreto, de outros factores relativos às empresas e ao mercado, presume-se que:

- a) Se encontra na situação prevista na alínea a) do número anterior uma empresa que detenha no mercado nacional de determinado bem ou serviço uma participação igual ou superior a 30%;
- b) Se encontram na situação prevista na alínea b) do número anterior as empresas que detenham no conjunto do mercado nacional de determinado bem ou serviço:
 - i - Uma participação igual ou superior a 50%, tratando-se de três ou menos empresas;
 - ii - Uma participação igual ou superior a 65%, tratando-se de cinco ou menos empresas.

4. Poderá ser considerada abusiva, designadamente, a adopção de qualquer dos comportamentos referidos no n.º 1 do artigo 2.º.

Artigo 4.º

Abuso de dependência económica

É proibida a exploração abusiva, por uma ou mais empresas, do estado de dependência económica em que se encontre relativamente a elas qualquer empresa fornecedora ou cliente, por não dispor de alternativa equivalente, nomeadamente quando se traduza na adopção de qualquer dos comportamentos previstos no n.º 1 do artigo 2.º.

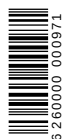
Artigo 5.º

Balanço económico

1. São consideradas justificadas, as práticas restritivas da concorrência que contribuam para melhorar a produção ou a distribuição de bens e serviços ou para promover o desenvolvimento técnico ou económico, nomeadamente das pequenas e médias empresas, desde que, cumulativamente:

- a) Reservem aos utilizadores desses bens ou serviços uma parte equitativa do benefício daí resultante;
- b) Não imponham às empresas em causa quaisquer restrições que não sejam indispensáveis para atingir esses objectivos;
- c) Não dêem a essas empresas a possibilidade de eliminar a concorrência numa parte substancial do mercado dos bens ou serviços em causa.

2. As práticas previstas no artigo 2.º devem ser objecto de avaliação prévia por parte do Conselho da Concorrência, segundo processo a estabelecer por portaria do membro do governo responsável pela área do comércio.



6 260000 000971

Artigo 6.º

Noção de empresa

1. Para efeitos de aplicação do disposto nesta secção considera-se empresa- toda a pessoa física ou moral que, de maneira durável, persegue um objectivo económico.

2. Considera-se como única empresa o conjunto de empresas que, embora juridicamente distintas, mantêm entre si laços de interdependência ou subordinação decorrentes dos direitos ou poderes enumerados no n.º 2 do artigo 9º.

SECÇÃO III

Concentração de empresas

Artigo 7.º

Notificação prévia

1. Estão sujeitas a notificação prévia as operações de concentração de empresas que preencham uma das seguintes condições:

- a) Criação ou reforço de uma quota superior a 30 % no mercado nacional de determinado bem ou serviço, ou numa parte substancial deste, em consequência da operação de concentração;
- b) Realização, pelo conjunto das empresas envolvidas na operação de concentração, de um volume de negócios, em Cabo Verde, superior a um milhão de contos, no último exercício, líquidos dos impostos directamente relacionados com o volume de negócios.

2. O disposto na presente secção não se aplica às instituições de crédito e parabancárias e às empresas de seguros.

3. A notificação prévia deve ser efectuada antes de concluídos os negócios jurídicos necessários à concentração e antes do anúncio de qualquer oferta pública de aquisição.

4. São ineficazes, até autorização expressa ou tácita da concentração, os negócios jurídicos celebrados com o intuito de a realizar.

Artigo 8.º

Quota de mercado e volume de negócios

1. Para o cálculo da quota de mercado e do volume de negócios previstos no artigo anterior, ter-se-á em conta o volume de negócios:

- a) Das empresas participantes na concentração;
- b) Das empresas em que estas dispõem directa ou indirectamente:
 - i. De uma participação maioritária no capital;
 - ii. De mais de metade dos votos;
 - iii. Da possibilidade de designar mais de metade

dos membros do órgão de administração ou de fiscalização;

iv. Do poder de gerir os negócios da empresa.

- c) Das empresas que dispõem nas empresas participantes dos direitos ou poderes enumerados na alínea b);
- d) Das empresas nas quais uma empresa referida na alínea c) dispõe dos direitos ou poderes enumerados na alínea b);
- e) Das empresas em que várias empresas referidas nas alíneas a) a d) dispõem em conjunto dos direitos ou poderes enumerados na alínea b).

2. Em derrogação ao disposto no número anterior, se a operação de concentração consistir na aquisição de partes de uma empresa ou partes do conjunto das empresas, o volume de negócios a ter em consideração relativamente ao cedente ou cedentes abrangerá apenas a empresa ou empresas, ou respectivas parcelas, que forem objecto da transacção.

3. O volume de negócios referido na alínea b) do n.º 1 do artigo anterior compreende os valores dos produtos vendidos e dos serviços prestados a empresas e consumidores em território Cabo-verdiano, mas não inclui as transacções efectuadas entre as empresas referidas no n.º 1.

Artigo 9.º

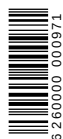
Concentração de empresas

1. Entende-se haver concentração de empresas:

- c) No caso de fusão de duas ou mais empresas anteriormente independentes;
- d) No caso de uma ou mais pessoas que já detêm o controlo de pelo menos uma empresa, ou no caso de uma ou mais empresas, adquirirem, directa ou indirectamente, o controlo do conjunto ou de partes de uma ou de várias outras empresas;
- e) No caso de duas ou mais empresas constituírem uma empresa comum, desde que esta corresponda a uma entidade económica autónoma de carácter duradouro e não tenha por objecto ou como efeito a coordenação do comportamento concorrencial entre as empresas fundadoras ou entre estas e a empresa comum.

2. Para efeitos do disposto no número anterior, o controlo decorre de qualquer acto, independentemente da forma que este assuma, que implique a possibilidade de exercer, isoladamente ou em conjunto, e tendo em conta as circunstâncias de facto ou de direito, uma influência determinante sobre a actividade de uma empresa, nomeadamente:

- a) Aquisição da totalidade ou de parte do capital social;



- b) Aquisição de direitos de propriedade, de uso ou de fruição sobre a totalidade ou parte dos activos de uma empresa;

- c) Aquisição de direitos ou celebração de contratos que confirmem uma acção preponderante na composição ou nas deliberações dos órgãos de uma empresa.

3. Não é havida como concentração de empresas:

- a) A aquisição de participações no quadro do processo especial de recuperação de empresas;
- b) A aquisição de participações com funções de garantia ou satisfação de créditos.

Artigo 10.º

Proibição de concentração

1. Quando não forem justificáveis nos termos do número seguinte, são proibidas as operações de concentração de empresas sujeitas a notificação prévia que criem ou reforcem uma posição dominante no mercado nacional de determinado bem ou serviço, ou numa parte substancial deste, susceptível de impedir, falsear ou restringir a concorrência.

2. Poderão ser autorizadas as operações de concentração referidas no número anterior em que:

- a) Se verifiquem os pressupostos do artigo 5.º;
- b) Se reforce significativamente a competitividade internacional das empresas participantes na operação de concentração.

SECÇÃO IV

Auxílios do Estado

Artigo 11.º

Auxílios de Estado

1. Os auxílios a empresas concedidos pelo Estado ou qualquer outro ente público não poderão restringir ou afectar de forma significativa a concorrência no todo ou em parte do mercado.

2. A pedido de qualquer interessado, o membro do Governo responsável pela área do comércio poderá examinar os auxílios referidos no número anterior, de forma a propor ao membro do Governo competente as medidas conducentes à manutenção ou ao restabelecimento da concorrência.

3. Para efeitos do disposto no presente artigo não se consideram:

- a) As indemnizações compensatórias, qualquer que seja a forma que revistam, concedidas pelo Estado como contrapartida da prestação de um serviço público;
- b) Os benefícios concedidos ao abrigo de programas específicos aprovados pelo Estado.

CAPÍTULO II

Órgãos de defesa da concorrência

Artigo 12.º

Direcção Geral do Comércio

1. Compete à Direcção Geral do Comércio

- a) Identificar as práticas susceptíveis de infringir o presente diploma, proceder à organização dos respectivos processos e zelar pelo cumprimento das decisões nelas proferidas;
- b) Proceder, relativamente a operação de concentração sujeitas à notificação prévia, nos termos do presente diploma, à instrução do procedimento respectivo;
- c) Realizar, a solicitação do Conselho da Concorrência, os estudos necessários à fundamentação do parecer a que alude o n.º 2 do artigo 13.º;
- d) Proceder aos estudos sectoriais que, em matéria de concorrência, se mostrem necessários;
- e) Propor superiormente as medidas que se afigurem apropriadas com vista ao bom funcionamento da concorrência;
- f) Aplicar coimas, sempre que tal competência lhe for expressamente atribuída neste diploma.

2. Sem prejuízo do disposto nas secções I e II do Capítulo III, no exercício das competências conferidas no n.º anterior, a Direcção Geral do Comércio pode solicitar a quaisquer empresas e associações de empresas, bem como as entidades que com elas tenham ligações comerciais, financeiras ou outras, as informações e documentos necessários, fixando para o efeito os prazos que entender razoáveis e convenientes.

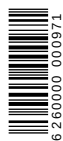
3. Pode ainda a Direcção Geral do Comércio, solicitar a qualquer serviço da administração central e local as informações julgadas necessárias para o desempenho das suas atribuições.

Artigo 13.º

Conselho da Concorrência

1. Compete ao Conselho da Concorrência:

- a) Decidir os processos relativos às práticas restritivas da concorrência proibidas pelo presente diploma.
- b) Formular pareceres, a solicitação do membro do Governo responsável pela área do comércio, em procedimentos relativos a operações de concentração sujeitas a notificação prévia;
- c) Pronunciar-se sobre as questões de concorrência que o membro do Governo responsável pela área do comércio entenda submeter-lhe;



6 260000 000971

d) Propor ao membro de Governo responsável pela área do comércio orientações nos vários domínios de aplicação do presente diploma;

e) Participar na actividade desenvolvida por organismos e instituições internacionais que tenham relação com as suas competências;

f) Aplicar coimas, sempre que tal competência lhe for legalmente atribuída.

2. Para a formulação dos pareceres a que se refere a alínea b) do número anterior, o Conselho da Concorrência pode solicitar à Direcção Geral do Comércio os estudos adequados.

3. O Conselho da Concorrência apresentará anualmente ao membro do Governo responsável pela área do comércio o relatório de actividade, que será publicado no *Boletim Oficial*, e do qual constam, em anexo, todas as decisões proferidas.

Artigo 14.º

Composição do Conselho da Concorrência

1. O Conselho da Concorrência é constituído por um presidente e quatro vogais, nomeados por despacho do Primeiro Ministro, sob proposta dos membros de Governo responsáveis pelas áreas da justiça e do comércio.

2. O presidente é um jurista de reconhecido mérito, nomeado por um período de três anos, renovável.

3. Os vogais são designados tendo em atenção a sua reconhecida competência em matéria de concorrência e idoneidade para o desempenho das respectivas funções.

4. O presidente do Conselho da Concorrência poderá, sempre que o julgue necessário, convidar a participar nas reuniões, sem direito a voto, individualidades com especial competência nas matérias a tratar ou representantes de serviços da Administração Pública ou de outras entidades com interesse relevante nessas matérias.

5. Sem prejuízo do disposto no número anterior, sempre que os assuntos a tratar tenham especial relevância em matéria de defesa dos consumidores, o presidente pode convocar para participar nas reuniões do Conselho um representante da Associação de defesa dos consumidores.

Artigo 15.º

Retribuição e ajudas de custo

1. Os membros do Conselho da Concorrência recebem um abono mensal, cujo montante será fixado por despacho conjunto dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e do comércio, acumulável com quaisquer remunerações, nos termos da legislação em vigor.

2. As individualidades que participem nas reuniões do conselho ao abrigo do disposto nos números 4 e 5 do artigo anterior terão direito a senhas de presença e ajudas de custo nos termos da legislação vigente.

Artigo 16.º

Encargos

Os encargos com o funcionamento do Conselho da Concorrência serão suportados pelas verbas atribuídas para o efeito, no orçamento do departamento governamental responsável pela área do comércio.

Artigo 17.º

Apoio

1. A Direcção Geral do Comércio prestará ao Conselho todo o apoio administrativo de que este carece para o pleno desempenho das suas funções.

2. O membro do Governo responsável pela área do comércio designará, sob proposta do presidente do Conselho da Concorrência, os funcionários do Ministério que ficarão especialmente afectos àquele Conselho, um dos quais, pertencente à carreira técnica superior e preferencialmente licenciado em direito, desempenhará as funções de secretário do Conselho da Concorrência.

Artigo 18.º

Regulamento interno

Compete ao Conselho da Concorrência elaborar e alterar o seu regulamento interno que após aprovação pelo membro do Governo responsável pela área do comércio, será publicado no *Boletim Oficial*.

Artigo 19.º

Dever de sigilo

1. No exercício das suas competências a Direcção Geral do Comércio guardará o mais rigoroso sigilo e observará as regras de confidencialidade a que está vinculada.

2. Os membros do Conselho da Concorrência e as individualidades a que alude o n.º 4 e 5 do artigo 14.º ficam sujeitos às regras de confidencialidade aplicáveis aos funcionários civis do Estado relativamente aos factos de que tomem conhecimento no exercício das suas funções.

Artigo 20.º

Impedimentos

Os membros do Conselho da Concorrência estão sujeitos aos impedimentos e suspeições aplicáveis aos juizes.

CAPÍTULO III

Processo

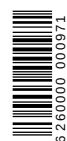
SECÇÃO I

Processo referentes a práticas proibidas

Artigo 21.º

Normas aplicáveis

O processo por infracção ao disposto nos artigos 2.º, 3.º e 4.º rege-se pelo disposto no presente diploma e,



6 260000 000971

subsidiariamente, pelo regime jurídico das contra-ordenações.

Artigo 22.º

Conhecimento de infracções

1. Sempre que a Direcção Geral do Comércio tome conhecimento, por qualquer via, de eventuais práticas proibidas pelos artigos 2.º, 3.º e 4.º deverá proceder à identificação dessas práticas e, logo que tenha indícios sérios da sua existência, organizar e instruir os respectivos processos.

2. Todos os serviços da administração central e local e os institutos públicos têm o dever de participar à entidade referida no número anterior os factos de que tomem conhecimento susceptíveis de serem qualificados como práticas restritivas da concorrência.

Artigo 23.º

Competência instrutória

1. No âmbito da sua competência instrutória, a Direcção Geral do Comércio, salvo as restrições previstas no presente diploma, goza dos mesmos direitos e está submetida aos mesmos deveres dos órgãos de polícia criminal, podendo, designadamente:

- a) Inquirir os representantes legais das empresas ou das associações de empresas envolvidas, bem como solicitar-lhes documentos e outros elementos de informação que entenda convenientes ou necessários para o esclarecimento dos factos, nos termos da lei;
- b) Inquirir os representantes legais de outras empresas ou associações de empresas e quaisquer outras pessoas cujas declarações considere pertinentes, bem como solicitar-lhes documentos e outros elementos de informação, nos termos da lei;
- c) Proceder, nas instalações das empresas ou das associações de empresas envolvidas, à busca, exame e recolha de cópias ou extractos da escrita e demais documentação que se encontre em lugar reservado ou não livremente acessível ao público, sempre que tais diligências se mostrem necessárias à obtenção de prova, nos termos da lei;
- d) Requerer a quaisquer outros serviços da Administração Pública, incluindo os órgãos de polícia criminal, através dos respectivos gabinetes ministeriais, a colaboração que se mostrar necessária ao cabal desempenho das suas funções.

2. As diligências previstas na alínea c) do número anterior dependem de despacho da autoridade judiciária que autorize a sua realização, solicitado previamente pelo responsável máximo da entidade administrativa

responsável pela concorrência em requerimento devidamente fundamentado, devendo a decisão ser proferida no prazo de quarenta e oito horas.

3. Os funcionários que, no exterior, efectuarem as diligências previstas nas alíneas a) a c) do n.º 1 deverão ser portadores:

- a) No caso das alíneas a) e b), de credencial emitida pelo Director Geral do Comércio, da qual constará a finalidade da diligência;
- b) No caso da alínea c), da credencial referida na alínea anterior e do despacho previsto no n.º 2.

4. Os funcionários a que alude o número anterior poderão solicitar a intervenção das autoridades policiais, se esta se revelar necessária.

Artigo 24.º

Suspensão das práticas proibidas

1. Em qualquer momento da instrução, e logo que a investigação indicié que a prática sobre que incide o processo é gravemente lesiva do desenvolvimento económico e social ou do interesse de agentes económicos ou de consumidores, pode o Conselho da Concorrência, sob proposta fundamentada de entidade instrutora, ordenar preventivamente a imediata suspensão ou modificação da referida prática.

2. As medidas previstas neste artigo vigorarão por tempo não superior a 90 dias, podendo ser prorrogadas uma só vez, por igual período.

3. Sempre que estejam em causa práticas de instituições de crédito e parabancárias e de empresas seguradoras, o Conselho da Concorrência solicitará parecer ao Banco de Cabo Verde, a emitir no prazo de sete dias úteis, acerca da actuação da instituição sobre a qual incide o processo.

Artigo 25.º

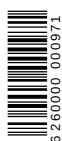
Audição

1. No âmbito da instrução, a Direcção Geral do Comércio procederá a audiência oral ou escrita das empresas ou das associações de empresas arguidas, para que estas se pronunciem sobre as questões que importam à decisão e sobre as provas produzidas e solicitem as diligências complementares de prova que considerem convenientes.

2. Na audiência referida no número anterior, a Direcção Geral do Comércio acautelará o interesse legítimo das empresas na não divulgação dos seus segredos de negócio.

3. A Direcção Geral do Comércio poderá recusar a realização de diligências complementares de prova sempre que for manifesta a irrelevância das provas requeridas ou a sua finalidade meramente dilatória.

4. Após a audiência referida no n.º 1, pode a Direcção Geral do Comércio, oficiosamente, proceder à realização



6 260000 000971

de diligências complementares de prova desde que assegure o princípio do contraditório.

Artigo 26.º

Conclusão da instrução

1. Concluída a instrução, a Direcção Geral do Comércio elaborará o relatório final e remeterá o processo ao Conselho da Concorrência para decisão.

2. O Conselho da Concorrência, sempre que considerar necessário, poderá solicitar à Direcção Geral do Comércio a realização de diligências complementares de instrução, ou efectuar-las ele mesmo.

3. Se as empresas arguidas forem instituições seguradoras, de crédito e parabancárias ou suas associações empresariais, o Conselho da Concorrência solicitará ao Banco de Cabo Verde o respectivo parecer, a emitir no prazo de 7 dias úteis.

Artigo 27.º

Decisão do Conselho da Concorrência

1. O Conselho da Concorrência, na sua decisão, pode:

- a) Ordenar o arquivamento do processo;
- b) Declarar a existência de uma prática restritiva da concorrência e, se for caso disso, ordenar ao infractor que adopte as providências indispensáveis à cessação dessa prática ou dos seus efeitos no prazo que lhe for fixado;
- c) Aplicar as coimas previstas no n.º 2 do artigo 37.º

2. O Conselho da Concorrência ordenará ao infractor a publicação das decisões no Boletim Oficial e num jornal de expansão nacional.

3. O Conselho da Concorrência enviará ao membro do Governo responsável pela área do comércio e à Direcção Geral do Comércio cópia de todas as decisões tomadas nos termos do n.º 1.

Artigo 28.º

Recurso

1. Das decisões do Conselho da Concorrência cabe recurso para o Tribunal Judicial da Comarca da Praia.

2. O recurso previsto no número anterior tem efeito meramente devolutivo, excepto no que respeita à aplicação de coimas e à publicação determinada pelo n.º 2 do artigo anterior.

SECÇÃO II

Procedimento em matéria de controlo das concentrações de empresas

Artigo 29.º

Normas aplicadas

O procedimento em matéria de controlo das concentrações de empresas rege-se pelo disposto neste

diploma e legislação complementar e, subsidiariamente pelo Diploma que estabelece as bases do regime jurídico dos contratos administrativos.

Artigo 30.º

Apresentação da notificação

1. A notificação prévia das operações de concentração de empresas prevista no n.º 1 do artigo 7.º é dirigida à Direcção Geral do Comércio e é apresentada:

- a) Em caso de fusão ou constituição de controlo comum, pelo conjunto das empresas participantes;
- b) Nos restantes casos, pela empresa ou pelas pessoas que pretendem adquirir o controlo do conjunto ou de partes de uma ou mais empresas.

2. Da notificação deverão constar as seguintes informações:

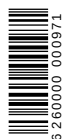
- a) Identificação das pessoas individuais e colectivas participantes na operação de concentração;
- b) Natureza e forma jurídica da concentração;
- c) Natureza dos bens ou serviços produzidos;
- d) Lista das empresas que mantenham com as participantes vínculos de interdependência ou subordinação decorrentes dos direitos ou poderes enumerados na alínea b) do n.º 1 do artigo 8.º;
- e) Quotas de mercado em consequência da operação de concentração e base da sua determinação;
- f) Volume de negócios em Cabo Verde das empresas participantes, bem como daquelas a que se refere o n.º 1 do artigo 8.º, relativamente ao último exercício;
- g) Relatório e contas das empresas participantes relativamente aos três últimos exercícios;
- h) Fornecimento, se for caso disso, das informações que os autores da notificação considerem relevantes para a averiguação do preenchimento das condições enunciadas nas alíneas do n.º 2 do artigo 10.º

Artigo 31.º

Tramitação

1. No prazo de 30 dias contados da data da recepção da notificação, a Direcção Geral do Comércio, após ter procedido à instrução do procedimento respectivo, remeterá o processo ao membro do Governo responsável pela área do comércio.

2. Se, no decurso da instrução, os elementos constantes da notificação se revelarem incompletos, à luz do disposto no n.º 2 do artigo anterior, ou ainda se o fornecimento de elementos adicionais vier a ser



6 260000 000971

considerado conveniente, a Direcção Geral do Comércio comunicará tal facto aos autores da notificação e fixar-lhes-á um prazo razoável para completar, corrigir ou fornecer tais elementos.

3. Sem prejuízo do disposto na alínea d) do n.º 3 do artigo 37.º, igual procedimento será adoptado caso sejam fornecidos elementos falsos aquando da notificação.

4. A comunicação prevista no n.º 2 suspende o prazo referido no n.º 1 do presente artigo, com efeitos a partir do dia seguinte ao do envio da notificação, terminando no dia da recepção pela Direcção Geral do Comércio dos elementos solicitados.

5. No decurso da instrução, pode a Direcção Geral do Comércio solicitar a quaisquer outras empresas ou associações de empresas todas as informações que considere convenientes nos prazos que entenda razoáveis.

6. Até 10 dias antes do termo do prazo a que se refere o n.º 1, a Direcção- Geral do Comércio procederá à audiência escrita dos autores da notificação.

7. Diligências complementares de prova poderão ser solicitadas na audiência escrita pelos autores da notificação, implicando a sua realização a suspensão do prazo previsto no n.º 1.

8. A suspensão prevista no número anterior inicia-se no dia seguinte ao da recepção pela Direcção Geral do comércio do pedido de diligências complementares e termina no dia em que estas se concluírem.

9. O disposto nos números anteriores aplica-se com as necessárias adaptações, e sem prejuízo do disposto na alínea c) do n.º 3 do artigo 37.º, aos casos de operações de concentração de cuja realização a Direcção Geral do Comércio tenha conhecimento e que não tenham sido objecto de notificação prévia, sendo, neste caso, de 90 dias contados da data do início oficioso de instrução o prazo fixado no n.º 1.

Artigo 32.º

Comunicação ou autorização tácita

1. No prazo de 30 dias contados da data da recepção da notificação prevista no n.º 1 do artigo 7.º pela Direcção Geral do Comércio, o membro do governo responsável pela área do comércio, se entender que a operação de concentração em causa é susceptível de afectar negativamente a concorrência, à luz dos critérios definidos no n.º 1 do artigo 10.º, remeterá o processo ao Conselho da Concorrência para parecer, devendo na mesma data comunicar tal facto aos autores da notificação.

2. A ausência da comunicação prevista na parte final do número anterior, no prazo estipulado, valerá como decisão de não oposição à operação de concentração.

3. Na contagem do prazo referido no n.º 1, não serão incluídos os dias em que o prazo para a instrução se tenha encontrado suspenso por força do disposto nos números 4 e 8 do artigo anterior.

Artigo 33.º

Parecer do Conselho da Concorrência

No prazo de 30 dias contados da data da recepção do processo pelo Conselho da Concorrência, este devolvê-lo-á ao membro do Governo responsável pela área do comércio, acompanhado de um parecer no qual:

- a) Apreciará se a operação de concentração é susceptível de afectar negativamente a concorrência nos termos definidos no n.º 1 do artigo 10.º;
- b) Ponderará da verificação, no caso concreto, das condições previstas no n.º 2 do artigo 10.º.

Artigo 34.º

Decisão

1. A decisão sobre as operações de concentração é da competência do membro do Governo responsável pela área do comércio, que poderá:

- a) Não se opor à operação de concentração;
- b) Não se opor à operação de concentração, mediante a imposição de condições e obrigações adequadas à manutenção de uma concorrência efectiva;
- c) Proibir a operação de concentração, ordenando, no caso de esta já se ter realizado, medidas adequadas ao estabelecimento de uma concorrência efectiva, nomeadamente a separação das empresas ou dos activos agrupados ou a cessação do controlo.

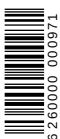
2. As decisões previstas nas alíneas b) e c) do número anterior revestirão a forma de despacho conjunto dos membros do Governo responsáveis pelas áreas do comércio e das actividades económicas afectadas pela operação de concentração.

3. São nulos os negócios jurídicos relacionados com a concentração na medida em que concretizem operações condenadas por decisão que tenha proibido a concentração, que tenha imposto condições à sua realização ou que tenha ordenado medidas adequadas ao restabelecimento da concorrência efectiva.

Artigo 35.º

Recurso

Das decisões previstas nas alíneas b) e c) do n.º 1 do artigo anterior cabe recurso contencioso para o Supremo Tribunal de Justiça.



6 260000 000971

Artigo 36.º

Procedimento especial

1. Sem prejuízo da aplicação das correspondentes sanções, sempre que se verificar que a decisão de não oposição a uma operação de concentração se fundamentou em informações falsas respeitantes a circunstâncias essenciais para a decisão, a Direcção Geral do Comércio iniciará oficiosamente um procedimento com vista à aplicação das medidas previstas na alínea c) do n.º 1 do artigo 34.º.

2. Ao procedimento referido no número anterior é aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto nos artigos 31.º a 34.º.

CAPÍTULO IV

Infracções e penalidades

Artigo 37.º

Contra-ordenações

1. As infracções às normas previstas no presente diploma constituem contra-ordenação punível com coima nos termos dos números seguintes.

2. Constitui contra-ordenação punível com coima de 50.000\$00 a 75.000.000\$00, qualquer dos comportamentos restritivos da concorrência previstos nos artigos 2.º, 3.º e 4.º.

3. Constitui contra-ordenação punível com coima de 50.000\$00 a 40.000.000\$00:

- a) O não acatamento de ordem emanada do Conselho da Concorrência ao abrigo do n.º 1 do artigo 24.º;
- b) O não acatamento das decisões referidas nas alíneas b) e c) do n.º 1 do artigo 34.º;
- c) A falta de notificação de uma operação de concentração sujeita a notificação prévia nos termos do n.º 1 do artigo 7.º;
- d) O fornecimento de informações falsas aquando de uma notificação apresentada ao abrigo do n.º 1 do artigo 7.º;
- e) O fornecimento de informações falsas em resposta a um pedido elaborado ao abrigo do n.º 2 do artigo 31.º ou o seu não fornecimento.

4. Constitui contra-ordenação punível com coima de 50.000\$00 a 5.000.000\$00:

- a) Oposição às diligências previstas no n.º 1 do artigo 23.º.
- b) A prestação de declarações ou informações falsas em resposta a um pedido elaborado ao abrigo da alínea b) do n.º 1 do artigo 23.º ou do n.º 5 do artigo 31.º.

5. Constitui contra-ordenação punível com coima de 50.000\$00 a 2.500.000\$00:

- a) A prestação de declarações ou informações falsas na sequência de um pedido elaborado ao abrigo do n.º 3 do artigo 12.º, bem como a recusa da sua prestação;
- b) O não acatamento da ordem de publicação emanada do Conselho da Concorrência ao abrigo do n.º 2 do artigo 27.º.

6. O não acatamento pelo infractor da ordem prevista na alínea b) do n.º 1 do artigo 27.º implica a abertura de novo processo com vista à aplicação das coimas previstas no n.º 2 deste artigo.

7. A coima prevista na alínea b) do n.º 5 será sempre superior ao custo da publicação, que será efectuada pelo Gabinete do membro do Governo responsável pela área do comércio.

8. A negligência é punível.

9. Quando o infractor for uma pessoa singular, os valores previstos nos números 2 e 5 serão reduzidos a metade.

Artigo 38.º

Competência para aplicação de coimas

Excepto para a aplicação das coimas referidas no n.º 2, na alínea a) do n.º 3 e na alínea b) do n.º 5 do artigo anterior, em que é competente o Conselho da Concorrência, a competência para aplicação das coimas cabe à Direcção Geral do Comércio.

CAPÍTULO V

Disposições finais

Artigo 39º

Revogação

1. É revogado o decreto-lei n.º 2/99, de 1 de Fevereiro.

Artigo 40º

Entrada em vigor

O presente diploma entra em vigor 60 dias após a sua publicação.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros.

José Maria Pereira Neves, Avelino Bonifácio Fernandes Lopes

Promulgado em 12 Novembro de 2003.

Publique-se.

O Presidente da República, **PEDRO VERONA RODRIGUES PIRES**

Referendado em 12 de Novembro de 2003.

O Primeiro Ministro, *José Maria Pereira Neves.*

